



A trajetória de Juracy Magalhães na Ditadura: entre suas memórias e a história.

Manoel Reinaldo Silva Rêgo*

Passados mais de 50 anos de golpe militar que perdurou por duas décadas muito já se tem pesquisado sobre a temática, porém, muito ainda pode ser desbravado sobre aquela conjuntura do golpe e sobre seus agentes. Diante disso, discutir sociobiograficamente a trajetória de um personagem chave naquele contexto, Juracy Magalhães, nos possibilita um melhor entendimento que se deu o regime militar para buscar sua legitimação fora do país e a movimentação interna para se consolidar.

Integrante da oposição conspiratória a João Goulart, aliado de Castelo Branco e adepto do golpe desde os primeiros instantes, o cearense Juracy Magalhães começou sua trajetória da vida pública sendo interventor na Bahia, com 26 anos de idade, nomeado por Getúlio Vargas em 1930, assim que se consumou a vitória da Revolução de 1930 e a destituição de Washington Luís do cargo de Presidente da República. Após isso, foi, em duas oportunidades, Governador do Estado da Bahia, Deputado e Senador da República.

Na Bahia, o nome de Juracy Magalhães virou corrente política, o juracisismo, e esse político construiu uma carreira hegemônica que durou aproximadamente três décadas. Sua trajetória de conspirador não ficou restrita a 1930. Participou, juntamente com militares e civis, de rebeliões que resultaram da derrubada de Vargas em 1945, bem como da fundação do partido União Democrática Nacional (UDN), organizado para combater o chefe do Estado Novo, instaurado em 1937. Além disso, fez parte do movimento que levou à derrubada de João Goulart em 1964.

Além das conspirações, a trajetória da vida pública de Juracy é marcada por ambigüidades. Juracy ficou fora da articulação varguista do golpe que instaurou o Estado Novo em 1937, embora sendo um interventor de Estado nomeado por Getúlio. Além disso, mesmo a UDN fazendo ferrenha oposição ao varguismo, Juracy Magalhães foi o primeiro presidente da Petrobrás, nomeado por Vargas em seu segundo governo, em 1951.

No contexto da ditadura militar, a atuação de Juracy Magalhães traz elementos com certa singularidade. Foi o responsável, como Embaixador do Brasil nos EUA, para prestar explicação da intervenção armada, inclusive fazendo várias palestras sobre a temática em

* Graduado em história pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Especialista em História: poder, cultura e sociedade pela mesma instituição. Professor de História da Rede Municipal de Ensino de Vitória da Conquista.

universidades e para empresários, fatos que estão bem documentados em seus livros de memórias e nas correspondências do CPDOC/FGV.

Como ministro da Justiça, Juracy Magalhães foi encarregado de investigar a participação comunista no governo da Guanabara e encabeçou a articulação do AI-2, responsável pela extinção dos antigos partidos políticos, com a consequente fundação da ARENA e do MDB.

No Ministério das Relações Exteriores, Juracy fez várias viagens à América do Sul, não fugindo da pauta do anticomunismo e do ataque ao inimigo interno e externo.

A construção da imagem pública de um liberal conservador.

Diferenciando de várias lideranças políticas, inclusive baianas, Juracy Magalhães se movimentou para deixar vários “lugares da memória” para utilizar como capital político ou por entender que sua trajetória se confundia com distintos momentos da História do Brasil e principalmente da Bahia.

Foram quatro os livros de memória organizados por aliados políticos, jornalistas, historiadores e cientistas sociais sobre o político baiano. Embora muitos argumentos e fatos se repitam nas narrativas a diferenças quanto ao contexto histórico, os objetivos e metodologia adotada.

A primeira obra organizada e prefaciada pelo correligionário político Rui Santos “Minha Vida Pública na Bahia” publicada em 1957, reeditada em 2008, faz parte das comemorações do aniversário de 25 anos que tomou posse na Interventoria Baiana. Nela destaca o desenho biográfico do político desde o tempo de soldado até a época da publicação, na obra constam narrativas de amigos, aliados políticos, feitos do gestor quando estado á frete do governo do estado e vários documentos anexos.

Entretanto, embora seja ao que parece, o melhor esboço biográfico de Juracy Magalhães não faz parte do contexto histórico apresentado hora aqui estudado.

É no livro de memórias “Minha experiência diplomática” que Juracy Magalhães expõe a sua atuação no governo pós-golpe. O livro organizado por Cláudio Garcia de Sousa reúne uma série de discursos, conferências, pronunciamentos, saudações a lideranças estrangeiras no momento que o autor ocupou o cargo de embaixador em Washington e posteriormente o

Ministério das Relações Exteriores. Esta obra mostra um vasto caminho de possibilidade de pesquisa sobre a Política Internacional do governo Castelo Branco.

“Minha Experiência diplomática” é publicada em 1971, momento político que os chamados “linhas duras” consolidam uma atuação hegemônica no comando da ditadura militar brasileira. Juracy Magalhães, apesar de dar continuidade e apoio á política dos generais, encontrava-se no ostracismo no âmbito federal motivado pelo passado com ligações a Castelo Branco e na esfera estadual vendo seu apadrinhado político Antonio Carlos Magalhães, governador da Bahia, tomar posições que levou a distanciar a cria do criador.

O livro tem como finalidade a construção da imagem de um grandioso homem público, estadista, diplomata que prestou ao longo da vida valioso serviço a Nação. Além disso, pode se perceber que a obra mencionada tem como meta apresentar a importância do político baiano nos rumos do movimento vitorioso em 1964. Coisa típica de um cidadão ressentido que se ver diante de um declínio de sua importância no governo dos generais, o qual ajudou a se legitimar.

Como menciona André Luis R. da Silva (2014), o governo militar instaurado em 1964 foi o desfecho vitorioso de uma profunda luta, envolvendo projetos antagônicos. A solução do golpe veio acompanhada de regime militar, que gestou, no seu bloco de poder, uma reorientação da política interna e externa. No contexto interno, foi impregnada uma modernização conservadora para consolidar as relações capitalistas no Brasil, as quais negavam a participação da grande maioria nos benefícios econômicos.

Na política externa, marca o rompimento da Política Externa Independente (PEI) e passa a ter uma política voltada pela orientação da Escola Superior de Guerra (ESG), nos quais os conceitos de Segurança Nacional e Desenvolvimento passam a nortear a chancelaria do Itamaraty.

Foi neste contexto que Juracy Magalhães fez várias palestras para sociedade norte-americana. No discurso de conferencia para os diretores de empresas na Escola de Altos Estudos Internacionais da Universidade Johns Hopkins, o diplomata brasileiro, apresentou as diretrizes do governo denominado por ele de Governo Revolucionário.

Segundo ele, o governo Castelo Branco em discurso em julho de 1964 já tinha mostrado os rumos da política internacional. “Deixava de lado a política “a doutrina de política ambígua” cuja distorção ficou conhecida como política exterior independente para

atender uma por sua formação cultural, por sua situação geográfica e, sobretudo, pela vocação democrática de seu povo”. (MAGALHÃES, 1971, p. 131).

Segundo o palestrante, desfeitos desta forma, pelo “Governo Revolucionário” os mal entendidos que existiam sobre as relações entre os dois países. Agora “estava aberto o caminho para uma nova era de cooperação entre os nossos dois países, no nível alto de entendimento, aperfeiçoamento pela boa vontade, e da amizade sincera, consolidada pelo respeito recíproco.” (ob. cit. p. 131).

Na palestra Juracy Magalhães citou tratados antigos feitos pelos dois países sobre entendimentos diplomáticos. Agradeceu a compreensão do Presidente Johnson sobre os acontecimentos de 1964 mencionando sua importância para a História do Brasil. O diplomata assegura ao empresariado daquele país que o novo governo fez reorganização do sistema financeiro que vem repercutindo nos centros financeiros mundiais.

Na conferência o político brasileiro convida o empresariado dos EUA a investir no Brasil, já que segundo ele, o que o país precisa são meios para a criação de mais riquezas e mais empregos. Cita o diplomata que o Brasil pode oferecer aos americanos uma gama de oportunidade em uma terra nova, animada com a possibilidade do seu redescobrimento.

Na Conferência de Assuntos Latino-Americanos da Universidade de Colúmbia, em 11 de maio de 1965, Juracy Magalhães justificou não ter sido fácil explicar o que foi a “Revolução” no Brasil do ano que passou. Porém, acreditava ele ter tido sucesso em grande parte das explicações.

Argumentou as condições, econômicas, sociais e políticas que vivia o povo brasileiro na conjuntura do ocorrido em 1964. Segundo o diplomata, “Castelo Branco deixou clara sua intenção de preservar e respeitar as convicções democráticas do povo brasileiro e de promover o bem assim a integração nacional” (ob. cit. p. 139-140).

Buscando através do discurso da história as contradições, os ocultamentos e principalmente, flagrar os momentos em que o exercício do poder engendrou a produção das memórias. Percebe-se que Juracy Magalhães tentou não somente propagar sua imagem como homem público. Está em “Minha Experiência diplomática” a defesa das posições Castelistas para a política interna e externa.

A ideia de uma intervenção preventiva para salvar as instituições democráticas, a comunicação do povo brasileiro, voltar o país a normalidade e com moralidade pública,

associada a uma doutrina desenvolvida na Escola Superior de Guerra “Segurança e Desenvolvimento” foi o centro da temática de todas as atividades diplomáticas do político brasileiro.

Na contramão do discurso do anticomunismo o chanceler brasileiro não deixou de enfatizar na supracitada obra a importância do intercâmbio bilateral entre Brasil e a União Soviética. Na verdade isso não foi uma contradição somente do agente público brasileiro. E sim do regime militar, o qual teve como uma de suas bases de sustentação e apoio, principalmente dentro das Forças Armadas, o discurso anticomunista. Porém, nunca rompeu totalmente as interações comerciais com a União Soviética.

Como Ministro das Relações Exteriores Juracy Magalhães ao receber Nikolai Patolichev, da mesma pasta da URSS em 09 de agosto de 1966. O político baiano elogiou os intercâmbios comerciais e tecnológicos entre os dois povos, mencionou a vinda do colega ao Brasil em 1962 para inaugurar a Exposição Industrial Soviética e confessou que desde então o comércio entre Brasil e URSS teve crescimento muito rápido.

Só não foi mencionado por ele que o acordo foi fruto da Política Externa Independente do Governo João Goulart, que os castelistas denominaram de “política externa ambígua”.

O que marcou a narrativa dos documentos selecionados por Juracy Magalhães e o organizador da coletânea publicada em “Minha experiência diplomática” foi a ideia de uma trajetória de vida pública e atuação política que se confundem com a História do Brasil a partir da intervenção armada de 1964. Os escritos foram caracterizados como forma de prestação de conta e testemunho de fatos que conformaram o Brasil contemporâneo e a missão redentorista desempenhada por este agente público no pós-golpe militar.

Destacaram-se sua participação nos eventos decisivos para a história do país nos primeiros anos do governo dos generais, nos quais buscaram evocar sua atuação política, bem como o retrato de um tempo social e político de qual viveu intensamente, ajudando-o com sua contribuição.

Os textos publicados buscaram dotar de coerência uma vida, ligando-a aos acontecimentos que, segundo uma memória histórica, ajudaram a modelar a História do Brasil desde a chamada, por ele, de Revolução de 1964. Além de objetivar compreender e explicar a política exterior brasileira no período mencionado, bem como demonstrar sua contribuição com ela.

Juracy Magalhães com seus “lugares da memória” evoca sua participação nos acontecimentos no governo dos militares, utilizando-se de meio século de vida na esfera pública, que, em muitas etapas, apresenta sua trajetória confundida com a História do Brasil contemporâneo.

Durante sua vida diplomática Juracy Magalhães construiu para si a imagem de um homem público, um democrata que valorizava o diálogo e que buscava agregar apoios dos mais diversos. Relatou suas viagens a recebimento á chefes de vários países, destacando a novidade desta estratégia política, com a supressão dos intermediários no contato com os chefes de estado e empresariado.

Juracy construiu suas próprias memórias e aquilo que seria o ideal e estava no discurso proferido pelos militares vencedores do movimento de 1964 e seus aliados civis: republicanizar a república, redemocratizar a democracia e revitalizar a vida nacional enfrentando a desordem e os corruptos.

Porém, as “encruzilhadas da história” demonstra que na prática, ele estabeleceu nos cargos que ocupou no Governo dos Generais conexões pessoal entre o empresariado brasileiro e o norte-americano, muita das vezes, com atuações não muito republicanas.

A documentação, hoje pública, demonstra que o diplomata brasileiro atuou nos bastidores em “tenebrosas transações” entre os dois governos.

Circulam na internet documentos que demonstram que a atuação do Embaixador brasileiro estava voltada também para defender interesses obscuros do empresariado brasileiro ligados aos meios de comunicação, de forma especial do dono das “Organizações Globo” que ao que parece, em muitos casos, ditava as cartas do governo dos generais nos momentos decisivos da consolidação do regime militar.

Isso fica evidente um documento oficial enviado por Roberto Marinho ao embaixador americano Lincoln Gordon solicitando para intermediar com Castelo Branco a volta de Juracy ao Brasil para chefiar a pasta da Justiça, já que Milton Campos segundo ele, não vinha agradando.

Em poucos dias o político baiano foi nomeado para o referido ministério e foi o responsável pela intervenção nas eleições para governador da Guanabara, bem como um dos articuladores do A-II que entre outros objetivos extinguiu os partidos políticos, criando a ARENA e o MDB.

Um homem com ressentimento sobre o período da Ditadura.

Não foi só de realizações no terreno político que marcou Juracy Magalhães durante o regime militar, também houve seus descaminhos, entre elas estão: a perda para Antônio Carlos Magalhães de espaço de mando na Bahia, e a celebre frase “o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil” utilizado por várias vertentes e por orientações políticas diversificadas como um símbolo do “entreguismo”.

Quando as desavenças na Bahia o que mais marcou a trajetória do ex-tenente foi a perda de espaço de mando, a partir de 1970, para o seu afilhado político, Antônio Carlos Magalhães. Isso pode ser percebido em uma análise feita por José Alves Dias (2006), nas correspondências pessoais do de Juracy Magalhães durante o primeiro governo de ACM, entre 1970 a 1974.

Como anota José Dias, as missivas apresenta um homem ressentido que lamenta a todo o momento a escolha errada que fez para suceder Luis Vianna para governo do Estado. Um fato que ultrapassou a arena política e adentrou em questões familiares. Já que seu filho Jutai Magalhães manifestou vontade da disputa sucessória e foi impedido pelo próprio pai deixando o caminho para Antônio Carlos Magalhães.

Chama a atenção nesse fato uma carta enviada para o deputado baiano Rogério Rego, na qual o velho líder político ao referir sobre ACM lamenta “aquele ex-amigo, em que você tanto falou já não me preocupa. Já o enterrei no cemitério dos afetos perdidos”. (Arquivo JM n. J.1971.00.00/1, CPDOC/FGV, Carta de 01 de junho de 1971 Apud José Alves Dias.).

Atitude parecida, a referir ao governador da Bahia daquela época, teve Juracy quando ao enviar uma correspondência para o deputado estadual Stoessel Dourado. “Sinto-me como um indivíduo que foi mordido por um cão danado, mas passou no Instituto Pasteur e tomou a vacina adequada ... o debate político já não me atrai, e confesso que passei a ter nojo do meu atual contendor.”(Arquivo JM Idem.).

“O que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil” esta frase proferida por Juracy Magalhães em uma entrevista para jornalista depois de uma reunião na associação comercial americana em São Paulo quando este estava para nos preparativos para assumir a embaixada do Brasil nos EUA, talvez seja uma das colocações mais explorada no meio da

política e da mídia no Brasil. Isso justifica as explicações intransigentes do autor ao tentar justificar o contexto e demonstrar o ressentimento com quem a cita.

Nos livros de memória de Juracy publicados no pós 64 dos três, dois trazem explicações sobre o termo e a utilização da frase, nem o Embaixador dos EUA ficou livre de respostas ao mencionar sobre o assunto.

Depois de uma série de reportagens sobre o golpe de 1964 publicada em dezembro de 1976 pelo Jornal do Brasil e que no ano seguinte tornou-se o livro “1964 visto e comentado pela Casa Branca” de autoria do jornalista Marcos Sá Correa.

Fazendo as ressalvas apresentadas por James N. Green no artigo “Reinventado a história: Lincoln Gordon e suas múltiplas versões sobre o golpe de 1964” No qual Green, menciona que o embaixador dos EUA, infelizmente não reavaliou sua visão míope do golpe ao longo de sua carreira e sempre quando podia modificava sua versão, principalmente quando as evidências históricas o obrigava devido a alguma documentação sobre o golpe e ditadura militar brasileira tornar-se pública.

Esta linha de posicionamento teve o diplomata americano em uma entrevista á revista Manchete em 1977 ao mencionar o fato dando sua versão sobre a participação americana na intervenção armada. Segundo o embaixador, Castelo Branco era demasiadamente defensor de posições norte americana sobre política externa, quanto ao primeiro embaixador da ditadura nos EUA Lincoln fez o seguinte comentário:

Eu penso que uma certa independência em política externa é muito útil. Juracy Magalhães por quem tenho muito respeito, disse uma vez que “o que era bom para os Estados Unidos, era bom para o Brasil”. Considero infeliz essa declaração.
(FERNANDES, 1977, p. 24).

Como observou Fernando Mello Barreto em “Os sucessores do Barão” (2006) Juracy Magalhães passou a vida inteira a justificar a referida frase. A Lincoln Gordon a resposta foi publicada no livro “Minhas memórias provisórias” nela o biografado relata o contexto além de defender a política externa de Castelo Branco atacada pelo embaixador americano na entrevista.

Magalhães, em carta de resposta ao ex-embaixador dos EUA no Brasil em 25 de janeiro de 1977, concorda que a frase foi infeliz e que havia outra forma de demonstrar o sentimento de solidariedade do Brasil pelos Estados Unidos, justifica que a citação foi utilizada contra ele de forma caluniosa, exclui o embaixador do EUA desta forma de objetivo.

E o chanceler brasileiro sai na defesa da política externa de Castelo Branco afirmando que “Jamais recebemos ordens de qualquer governo por mais amigo e poderoso que fosse”. (ob. cit. p. 306). Menciona a recusa do governo brasileiro em enviar tropas para o Vietnã e o diálogo áspero que teve como senador Robert Kennedy o qual Linclon foi testemunha.

Nas suas memórias supracitadas volta a colocar o “o último tenente” que é um depoimento em defesa da história, no caso dele de Castelo Branco e do Brasil. Justifica aí o rebate a entrevista da Manchete.

Por último, é inquestionável que Juracy Magalhães tornou-se um dos personagens com maior longevidade da política Baiana e, muita das vezes, influente no cenário da política nacional. Principalmente quando o Brasil passava por turbulência política. Foi assim na Revolução de 1930 quando esse foi o escolhido por Getúlio Vargas para Interventor na Bahia, mesmo sendo de outro estado (Ceará) e com pouca idade.

Voltou a atenção da política nacional ao renunciar sua participação na ditadura do Estado Novo chefiada pelo seu padrinho político. Este entre outras, são fatores que levaram Juracy Magalhães a está em evidência na arena da república por mais de 50 anos.

Bibliografia

ABREU A. ALVES (Org.) **Juracy Magalhães: minhas memórias provisórias.** Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1982.

BARRETO, Fernando Mello. **Os sucessores do Barão** – Relações Exteriores do Brasil, 1964-1985. Volume 2, São Paulo, Paz e Terra, 2006.

CORRÊA, Sá Marcos. **1964: visto e comentado pela Casa Branca.** L &PM, Porto Alegre, 1977.

DIAS, José Alves. **O contraponto: uma análise do governo ACM a partir da correspondência pessoal de Juracy Magalhães.** Anais do III Encontro Estadual de História. Caetité, Anpuh, 2006.

GUEIROS, J. A. **Juracy Magalhaes: o último tenente.** Rio de Janeiro, Record, 1ª Edição; 1996.

GREEN, N. James. **Reinventando a História: Lincon Gordon e suas múltiplas versões**

sobre o golpe de 1964.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v29n57/a03v2957.pdf> . Acesso em 12/03/2017

FERNANDES, Efigência. **Lincoln Gordon, por que menti sobre 1964**. Revista Manchete n° 1.292, Rio de Janeiro; 1977.

MAGALHAES Juracy. **Minha Vida Pública na Bahia**. Assembleia Legislativa da Bahia, 2ª Edição, 2008.

----- **Minha experiência diplomática**. José Olympio, Rio de Janeiro, 1ª edição; 1971.

SILVA, André Luiz Reis da. **Interdependência, Segurança**: a política externa do governo Castelo Branco IN: Política Externa Brasileira Durante o Regime Militar. (1964-1985). (Org.) André Luiz Reis da Silva e Eduardo Munhoz Svartman. Curitiba, Editora Juruá, 2014.